

**UNIVERSIDADE ABERTA DO SUS  
CURSO DE SAÚDE INDÍGENA  
SÃO PAULO – SP**

**PROJETO DE INTERVENÇÃO:  
ROÇA COMUNITÁRIA INDÍGENA**

**ITAMARAJU – BA  
2017**

**ALUCIENA DIAS DA SILVA  
JIRLÂNDIA NEVES DE MOURA**

**PROJETO DE INTERVENÇÃO:  
ROÇA COMUNITÁRIA INDÍGENA**

**ITAMARAJU – BA**

**2017**

**ALUCIENA DIAS DA SILVA  
JIRLÂNDIA NEVES DE MOURA**

**PROJETO DE INTERVENÇÃO:  
ROÇA COMUNITÁRIA INDÍGENA**

Projeto de Intervenção apresentado à Universidade Federal de São Paulo - UNASUS, como requisito para conclusão do curso de Pós-Graduação à nível de especialização em Atenção Básica em Saúde Indígena.

Orientadora: Debora Oliveira.

**ITAMARAJU – BA  
2017**

## RESUMO

O presente projeto define as diretrizes que nortearão o trabalho a ser desenvolvido no projeto de implementação da roça comunitária na aldeia Trevo do Parque, da etnia dos Pataxós, colaborando no que se refere à melhoria das condições de saúde da comunidade.

A roça comunitária tem uma longa história, mas agora elas surgem como uma alternativa viável. Contribuem na ocupação benéfica de terrenos baldios ociosos em áreas urbanas que muitas vezes são utilizados como depósito de entulhos e se transformam em focos de contaminação e transmissão de doenças, além de proteger e conservar estas áreas, evitando problemas sanitários e sociais, como as invasões.

As roças comunitárias são também uma fonte importante de alimento para inúmeras famílias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde Indígena; Demarcação; Roça Comunitária.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	1
2	PROBLEMA .....	6
3	JUSTIFICATIVA .....	8
4	OBJETIVOS .....	9
5	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	9
6	METODOLOGIA.....	10
7	RECURSOS NECESSÁRIOS .....	15
8	RESULTADOS ESPERADOS .....	16
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
10	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	20

## 1 INTRODUÇÃO

Com base em pesquisas realizadas nota-se que redução da terra indígena pela perda de partes dela, seja como decorrência da disputa do capital sobre elas, seja como consequência da ideologia de integração dos índios à sociedade nacional como um processo "natural" e irrenunciável, seja através da remoção, implica, de início, em doenças e mortes que, certamente, diminuirão o contingente populacional já minoritário. Portanto, como consequência da redução ou da fragmentação de uma área antes contínua, pela interferência de estradas, fazendas de gado ou por outros motivos, segue-se o risco ou a perda efetiva das condições de sobrevivência com base nos costumes tradicionais, a diminuição da biodiversidade pelo empobrecimento da natureza, a escassez de produtos alimentares e dos elementos da medicina indígena - dependente do aproveitamento de produtos da floresta -, a contaminação de cursos d'água por inseticidas oriundos de culturas que se instalam às proximidades e por outras razões.

Por fim, também as manifestações culturais como festas, rituais, práticas alimentares, organização da família e do trabalho ficam dificultados ou impossibilitados de se exercerem plenamente. A lógica que sustenta o comportamento e os valores dos índios privilegia a conservação da biodiversidade do ecossistema em que vivem e onde desenvolvem sua cultura

A questão da terra envolve e afeta, profundamente, a identidade cultural do índio, posto que a cultura indígena não se dissocia da natureza em que eles vivem, pois no passado um extenso território com recursos naturais abundantes garantia a subsistência dos povos indígenas, sendo a caça, a coleta e a pesca as atividades mais importantes. A destruição da mata resultou no desaparecimento da fauna e da flora e conseqüentemente mudanças drásticas ocorreram na cultura indígena. Dentre os aspectos culturais, a alimentação da comunidade indígena é uma característica marcante, o consumo da mandioca, batata doce, cebola e repolho expressam os hábitos alimentares da população indígena. As condições socioeconômicas desfavoráveis não permitem às famílias o acesso a uma alimentação adequada. O baixo consumo de frutas, verduras e legumes se faz presente,

sendo um dentre os dez fatores de risco que contribuem para a mortalidade mundial.

Os povos indígenas estão expostos á transformações ambientais e socioeconômicas, que os colocam em situação de alta vulnerabilidade frente a problemas de ordem alimentar e nutricionais. Nesse sentido, torna-se importante realizar um importante trabalho através de uma roça comunitária indígena.

Vale salientar que através da roça comunitária indígena busca-se abordar conceitos sobre uma alimentação saudável na comunidade indígena, reforçando a importância dos alimentos para a saúde. Potencializar esse conhecimento se torna indispensável para desenvolver na comunidade indígena a capacidade do autocuidado em saúde através de escolhas alimentares saudáveis, além de possibilitar, juntamente com a comunidade, o resgate dos hábitos alimentares tradicionais como forma de valorização da cultura local.

O retrato da insegurança alimentar abrange a preocupação e a ansiedade da família em relação à obtenção dos alimentos, perpassando pelo comprometimento da qualidade e quantidade da dieta de adultos e crianças, alcançando situações mais graves, com restrições quantitativas de alimentos para todos os membros da família, além do abandono das práticas tradicionais de cultivo, que no passado contribuíam para a diversidade dos alimentos consumidos e relativa garantia da segurança alimentar.

A definição de segurança alimentar adotada pelo governo brasileiro, pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e que serve como base para a definição de políticas públicas de promoção da segurança alimentar é descrita como o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como princípio práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam sociais econômicas e ambientalmente sustentáveis.

Para tanto, justifica-se a escolha do tema roça comunitária baseado em estudos pontuais realizados em comunidades indígenas que revelam a fragilidade de muitos povos frente às consequências das carências alimentares, como a elevada prevalência de nanismo nutricional em crianças,

menores também favorecida por precárias condições de saneamento entre outros determinantes.

Os povos indígenas acreditam que sem ter os seus direitos reconhecidos pelos governos, o mundo não poderá atingir as metas de redução na emissão dos gases do efeito estufa e do desmatamento das florestas (IPAM, 2017).

Do ponto de vista do equilíbrio do clima, a proteção florestal exercida pelas Terras Indígenas (TIs) e por suas populações têm fundamental importância em diversos aspectos. Proteger e conservar as florestas são as melhores estratégias para combater as alterações climáticas.

A devastação do meio ambiente tem também uma dimensão de perda da biodiversidade nativa. Com a degradação florestal, diversas espécies de plantas e animais se tornam escassas ou desaparecem, modificando hábitos alimentares e do cotidiano indígena (SOUSA, p.44).

Para Moutinho (2016, p. 1) “as terras indígenas da Amazônia são fundamentais para a manutenção do equilíbrio climático regional: as florestas servem de ‘regadores’ e ‘ar condicionados’ naturais, beneficiando inclusive a agricultura”.

“Outro caso de perda de diversidade está nas roças indígenas. Eles empreendem esforços para retomar espécies nativas em sua agricultura cotidiana” (SOUSA, p. 44).

Necessita-se de uma mudança no papel da sociedade, a qual constitui uma bandeira de luta dos movimentos socioculturais no Brasil, inserida num contexto maior de mobilização. Assim, tanto a sociedade quanto o poder público poderão reconhecer a perspectiva além da atuação monocultural, admitindo o caráter sociocultural diverso, pluriétnico e multicultural do país (DALMOLIN, 2004, p. 1).

Ainda de acordo Dalmolin (2004, p. 1), é preciso estabelecer novas políticas de relações que requeiram condições de igualdade de direitos e respeito às diferenças socioculturais que, por sua vez, pressupõem medidas de compensação à exclusão histórica e atual.

Para melhor compreender o estudo torna-se necessário fazer um breve relato da História do Povo Pataxó, sendo que um dos primeiros relatos sobre a Etnia Pataxó foi feito pelo Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied no início do século XIX. Maximiliano chega ao Brasil para estudar a flora, fauna e as



populações indígenas. Por dois anos, pesquisou o litoral e regiões do interior do Rio de Janeiro, Espírito Santo e do sul da Bahia, chegando a Salvador. Na sua chegada ao Sul da Bahia, mais precisamente na região de Mucuri, próximo às margens do rio, ele se depara com um grupo indígena.

Maximiliano afirma que:

Eram da Tribo dos Pataxós, dos quais não vira até então, e tinham vindo, havia poucos dias, das florestas para as plantações. Entraram na vila completamente nus, sopesando as armas, e foram imediatamente envolvidos por um magote de gente. Traziam para vender grandes bolas de cera, tento nós conseguido uma porção de arcos e flechas em troca de facas e lençóis vermelhos. [...] Comida era o principal desejo deles. (WIED – NEUWIED, 1820 apud COSTA 2008, p. 66).

Na sua viagem pelo Brasil no período entre 1815 a 1817, Maximiliano relata que os Pataxós já viviam nas margens do rio Mucuri. Habitavam também nessa região outros povos como Amixocori, Kumanaxó, Maxakali, Makani, Kamakãs, Botocudos entre outros. Por ser um povo nômade, os Pataxós transitavam e ocupavam outros territórios como os rios de Contas e Pardo, São Mateus até Santa Cruz Cabralia. Eles tinham contato com os habitantes da vila devido à proximidade com os Maxakali, que já mantinham relações pacíficas com a população do lugar.

[...] Não podia fazer roça antes porque naquela época era o IBDF que empatava muito botar roça [...] pra gente comer a farinha, meu pai saía daí de Barra Velha para ir lá a Águas Belas , pra trocar caranguejo e peixe com outros índios de lá, porque lá em Barra Velha não tinha como botar roça. Que os guardas desmanchavam tudo [...] Fazia a cerca, os guarda desmanchava [...]. (PROFESORES PATAXÓ DO EXTREMO SUL DA BAHIA, 2007, p. 13).

Os anos foram passando e a presença dos fazendeiros, produtores agrícolas e criadores de gado foram aumentando, conseqüentemente, o território tradicional das populações indígenas local foram diminuindo. Com tudo isso, conflitos entre índios e não índios foram inevitáveis, causando dizimação e enfraquecimento da resistência indígena. Algumas dessas populações se viram obrigadas a se afastarem do litoral, enquanto os Pataxós se organizaram em pequenas aldeias na orla litorânea.

Em 19 de abril de 1943, foi criado o Parque Nacional de Monte Pascoal pelo Decreto 12.729, o que dificultou muito a vida do povo Pataxó, pois, não podiam usufruir do local em que sempre moraram e que era o único meio de sobrevivência.

Quem vivia em torno do Monte Pascoal não podia caçar e nem pescar, muito menos colocar roças. Com tudo isso, os conflitos aumentaram entre os Pataxós e os guardas do Parque Monte Pascoal.

Outro ponto relevante a ser abordado foi o Massacre de 51 no ano de 1949, após muita angústia e sofrimento dos Pataxós, o Sr. Honório Cacique da Aldeia de Barra Velha juntou um grupo de índios com a intenção de ir ao Rio de Janeiro para buscar apoio na luta pelo reconhecimento dos direitos dos territórios indígenas. Chegando ao Rio de Janeiro, eles procuraram o SPI (Serviço de Proteção ao Índio) órgão do governo federal que cuidava dos índios. Apesar de não ter conseguido esclarecer nada sobre a demarcação do Parque Nacional, os funcionários da SPI que os receberam anotaram tudo o que eles reivindicavam e afirmaram que as providências iam ser tomadas. Dois anos se passaram e nada foi resolvido como prometido. Então, Cacique de Barra Velha e seu grupo continuaram a fazer viagens em busca de soluções dos problemas territoriais. Em uma dessas andanças, conheceram dois homens lá no SPI, onde afirmaram que iriam até a Aldeia para demarcar a área. Os indígenas retornaram a Aldeia com esperança que os problemas iam ser resolvidos. Duas semanas após a última viagem de Honório, chegaram dois homens em Barra Velha, um dizia ser engenheiro e outro tenente. Disseram a todos que foram enviados para resolver os problemas das terras.

De acordo com Professores Pataxós do Extremo Sul da Bahia (2007, p. 15) os homens conquistaram a todos com a conversa de que “os índios eram os primeiros brasileiros e tinham direito a terra e que iriam fazer a demarcação a todo custo”. Os índios entusiasmados e confiantes, afirmaram que só iriam sair de suas terras, mortos. Nessa mesma noite, eles perguntaram onde ficava o comércio mais próximo, os índios afirmaram que era em Corumbau a 8 quilômetros da Aldeia, onde morava Sr. Teodomiro o proprietário da pequena mercearia. Estes homens então combinaram e afirmaram que os trabalhos iriam começar por Corumbau e que iriam pedir ajuda ao comerciante. Foram com eles cerca de 40 índios.

O Sr. Teodomiro estava armado e reagiu atirando. Eles pularam dos cavalos atirando também. Amarraram o Sr. Teodomiro, e revirou toda sua casa em busca de dinheiro. Com as armas apontadas para os indígenas, ordenaram que os próprios apanhassem toda mercadoria. Após o saque, os dois, ordenaram os índios Júlio e Manoel José a cortarem a linha telegráfica para dificultar a comunicação entre os povoados. (PROFESORES PATAXÓ DO EXTREMO SUL DA BAHIA, 2007).

Ao chegarem à Aldeia com a mercadoria, os índios que ficaram esperando, não entenderam absolutamente nada. Com o rumo dos acontecimentos, os índios estavam confusos e revoltados, começaram a discutir entre si. As opiniões da comunidade se

dividiram, uns achavam que o que estava acontecendo era errado e não resolveria nenhum dos seus problemas, outros, diziam que aquilo que os homens estavam fazendo era o certo, pois, era de ordem do governo e tinham que acatar.

Enquanto ocorria a troca de tiros entre os policiais, alguns indígenas começaram a fugir se embrenhando nas matas. Algum tempo depois, as policias se deram conta que não eram os indígenas que estavam atirando. Uniram forças e entraram na aldeia, incendiando as casas, prendendo e torturando os índios que iam encontrando. As polícias começaram a queimar as roças e perseguir os índios que haviam fugido pela mata. Essa perseguição só teve fim duas semanas após, quando os dois ladrões foram mortos. (PROFESORES PATAXÓ DO EXTREMO SUL DA BAHIA, 2007).

O Período após o massacre de 1951 foi muito difícil para os Pataxós, pois viviam fugindo e temendo, sendo obrigados a negar a sua origem e identidade, perderam a convivência pacífica que tinham na aldeia, tendo que ajustar as novas formas de vida que tinha o lugar que servia como refugio. Durante esse período os Pataxós buscavam reconstruir suas vidas, alguns aos poucos, foram retornando para a aldeia, outros, que foram embora, construíram a vida em outros lugares.

A aldeia Trevo do Parque ocupa uma estreita faixa doada por um fazendeiro desde no ano de 1988, junto ao entroncamento das rodovias BR-101 e BR-498, esta última á via de acesso à sede do Parque de Monte Pascoal e ao próprio monte. Conta com razoável população flutuante e, em 1998, com média de 70 famílias e 166 residentes em caráter permanente. Pertencente ao município de Itamaraju, que fica com distancia de quinze quilômetros ao norte da sua sede.

## **2 PROBLEMA**

Já se tornou comum afirmar que a situação da sustentabilidade alimentar indígena “não vai bem” e precisa ser mudada. O povo indígena tem sofrido processos de empobrecimento e carência alimentar.

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), por exemplo, teve uma significativa redução orçamentária. O órgão indigenista encontra-se sem condições mínimas para suas tarefas institucionais.

A fome e a desnutrição infantil, especialmente em crianças menores de cinco anos de idade como uma situação decadente da segurança alimentar têm alcançado a realidade de muitos povos indígenas no Brasil. No amplo e

diversificado campo das cada vez mais complexas relações entre povos indígenas e agentes da sociedade envolvente, o desenvolvimento é tema de grande relevância.

“O equacionamento de justiça social e equilíbrio ambiental não se constitui uma operação simples. E quando se trata de um cenário multiétnico, esses conceitos não podem ser tomados em sentido unívoco” (RICARDO, 2004, p. 9).

A falta de demarcação de terras acarreta em prejuízo para toda a nação, visto que a população indígena tende a cultivar em suas terras, tornando-as produtivas e evitando o crescente desmatamento, principalmente em áreas de preservação.

A desnutrição é uma das principais causas de óbito de crianças indígenas, sendo que no ano de 2007 foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a causa da desnutrição. De acordo com o Programa do Governo Federal Fome Zero, em 2000 a incidência de desnutrição era de 74,6 casos para cada 1000 índios, enquanto que em 2007 este número foi reduzido para 46,7.

Um Relatório de Violência contra os povos indígenas dos anos de 2003 a 2005, elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), constatou que o falecimento de crianças por desnutrição da etnia Guarani-Kaiowá, no Estado do Mato Grosso do Sul, estão diretamente ligadas à situação atual da comunidade, como a escassez de terra para plantar e alto índice de desemprego e de alcoolismo.

Fica demonstrado que os problemas atuais das comunidades indígenas estão todos interligados, sendo que todos são: consequência do descaso do governo para com os índios durante centenas de anos que hoje sofrem por não terem terras e não poderem mais produzir alimentos como antigamente.

As atividades agrícolas de subsistência é prática comum do povo indígena, o que permite uma redução do impacto ambiental, fato que contribui para conservação do meio ambiente (RICARDO, 2004, p. 350).

Contudo, a sociedade envolvente não se preocupa em demarcar o território já permitido por lei aos indígenas para seu próprio sustento, diante a diversidade em cultivo da agricultura específica, como o manejo de várias espécies vegetais por meio de uma agricultura simples.

### 3 JUSTIFICATIVA

Na aldeia Trevo do Parque da etnia Pataxó vimos que havia muitas doenças relacionadas à alimentação como a desnutrição. Partindo do pressuposto de que a alimentação é essencial para o desenvolvimento integral do ser humano, o presente trabalho aborda aspectos relativos à desnutrição infantil das crianças indígenas que influenciam o seu desenvolvimento social, afetivo e cognitivo. Ou seja, a desnutrição, como insuficiência de calorias e proteínas que necessitam ser ingeridas cotidianamente, afeta o crescimento e desenvolvimento, predispõe a criança a maior vulnerabilidade em relação a doenças infecciosas e compromete o seu estado funcional e a redução do rendimento escolar. Também tivemos casos nesta aldeia de que as crianças que apresentaram adequação ponderal inferior a 90% dos valores medianos do padrão NCHS, suas nutrizes e as gestantes passaram a receber suplementação alimentar (proteína de cálcio, amido de arroz) para menores de 24 meses e outra fonte regional de carboidratos para crianças maiores, gestantes e nutrizes.

Devido ao baixo-peso das crianças apresentam barrigas enormes e a pele flácida - características da desnutrição. Os corpos de jovens e mulheres trazem sinais de envelhecimento precoce, então nesse caso a roça irá ajudar muito, pois vão ter uma alimentação saudável.

Os indígenas devem participar politicamente a fim de reverter o quadro tenebroso almejado pelo golpismo ruralista contra suas futuras gerações. Aos aliados, cabe a missão de manterem-se firmes e ativos no apoio à luta dos povos em defesa de seus projetos de vida plena (BUZATO, 2016).

Em torno desse tema, o engajamento nos circuitos econômicos regionais, a apropriação de mecanismos de geração de renda e do consumo de bens e serviços, os impactos de grandes empreendimentos, o fortalecimento institucional, a construção de políticas públicas e a elaboração e execução de intervenções sociais sob a forma de projetos para ou pelos povos indígenas são aspectos de grande importância (SOUSA, *et al.*, 2007, p. 7).

Do ponto de vista formal, esse projeto utiliza termos que nos ajudam a refletir sobre a repercussão de suas iniciativas na realidade indígena e sobre seu significado para as políticas indigenistas que estão se desenhando, bem

como registra a preocupação com o “desenvolvimento sustentado” e com a “auto sustentação para a agricultura familiar” (SOUSA, *et al.*, 2007, p. 78).

Sendo a agricultura um dos principais fatores da configuração do espaço geográfico brasileiro, tornam-se imprescindíveis reflexões sobre esta temática, sabendo-se que o uso adequado do solo é um fator de extrema importância para o sucesso de muitas economias ao redor do mundo.

É imperativo afirmar que a roça oferece várias vantagens para a comunidade. Dentre elas, proporciona uma grande variedade de alimentos a baixo custo, podendo não somente alimentar uma família indígena, mas também fornecer algum complemento financeiro com a venda do vegetal excedente ao consumo.

Nesse ponto de vista, é possível perceber os impactos do modelo agrícola convencional como positivos, na medida em que ele reduz a necessidade de outras atividades econômicas, mais degradadoras, principalmente o extrativismo madeireiro (RICARDO, 2004, p. 198).

Foi com esse propósito que os idealistas deste projeto de intervenção se empenharam, primeiro, em estimular e garantir espaço para tais discussões na sociedade abrangente, e, depois, em disponibilizar os seus resultados.

#### **4 OBJETIVO GERAL**

- Fortalecer a agricultura familiar entre a comunidade da aldeia Pataxó Trevo do Parque, valorizando o cultivo de alimentos tradicionais; Conhecer alimentos produzidos na roça tradicional.

#### **5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Promover hábitos alimentares saudáveis;
- Fortalecer o convívio comunitário;
- Acrescentar interação da EMSI com a comunidade;
- Promover um espaço para trocas de conhecimentos entre especialistas tradicionais de roça;
- Realizar oficinas de saboreação/degustação.

## 6 METODOLOGIA

O projeto será realizado nas comunidades da etnia pataxó da aldeia Trevo do Parque de abrangência municipal de Itamaraju distribuídas nas estradas que interligam municípios vizinhos. O trabalho será realizado durante o período de participação nas ações do projeto podendo ser estendido por tempo indeterminado.

Será feita uma pesquisa de para buscar, através de entrevistas de caráter exploratório, ouvir os profissionais das unidades de saúde, a fim de obter informações relacionadas às suas ações em educação utilizando a roça como tema central. Paralelamente, serão realizadas observações em forma de relatórios e registros fotográficos.

Inicialmente será disponibilizado aos interessados um Curso com os anciões e Secretário de Agricultura da Prefeitura Municipal de Itamaraju em parceria com a FUNAI, no qual serão ensinados os manejos e técnicas importantes para o cultivo de plantação da Roça.

A roça é uma atividade praticada por homens e mulheres. Mas as atividades que realizam não são as mesmas. Preparar o terreno para a roça é tarefa dos homens. Primeiro, eles derrubam um trecho de mato. Depois de um tempo, quando o mato seca coloca fogo para limpar a área e as cinzas são usadas como adubo. Em seguida, fazem uma limpeza na roça, tirando os galhos e restos de árvores.

As outras atividades da roça são realizadas pelas mulheres. Quando caem as primeiras chuvas, elas plantam espécies como milho, feijão, mandioca, batata, amendoim, cará etc. Depois mantém a roça limpa, retirando as ervas daninhas que prejudicam o desenvolvimento da plantação.

Os produtos colhidos nas roças são transportados para casa em aturás, cestos de cipó que as pessoas levam às costas suspensos por uma alça passada à volta da cabeça.

Em um segundo momento serão buscadas parcerias com o departamento da Agricultura Municipal para o desenvolvimento do projeto. O

projeto terá andamento com o município com os Agentes Indígenas de Saúde (AIS) juntamente com as famílias cadastradas, que poderão contribuir financeiramente para a compra de mudas para o plantio.

Posteriormente serão realizadas duas reuniões, com a comunidade participativa que receberão auxílio alimentação fornecido pela Prefeitura e a FUNAI com o objetivo de divulgar o projeto e expor seus objetivos e metodologia. Desta reunião, espera-se que algumas pessoas confirmem sua participação.

Antes do início do plantio, serão buscados recursos da prefeitura para a compra dos materiais e ferramentas necessários para a preparação dos canteiros da roça e sua manutenção.

Logo após, os participantes do Projeto iniciarão o trabalho, preparando os canteiros para a plantação. Caso haja pouca aderência de participantes nesse primeiro momento, a equipe técnica do projeto deverá realizar uma busca ativa para a aderência de mais pessoas no projeto.

Os líderes da aldeia Trevo do Parque da etnia Pataxó se comprometeram em ajudar na roça, sendo que os mesmos estarão cuidando dos canteiros preparados, dando total apoio na conservação e fazendo com que este projeto se estenda por gerações.

Após essa intervenção, somado com os resultados positivos ao longo de seu desenvolvimento, o Projeto Roça Indígena manterá a média de doze participantes indígenas, quantidade julgada suficiente pela equipe, e ainda espera contar com uma lista de pessoas interessadas a participar.

Ao longo do desenvolvimento do Projeto serão plantados: milho e, mandioca, escolhidos de acordo com o interesse dos indígenas, pois não queremos fazer nada que os forcem a sair do que já estão acostumados, com o tipo de vida que eles levam.

A roça indígena é uma excelente opção para uma vida mais natural e saudável. É verdade que a tarefa de realizar o cultivo, os cuidados e a manutenção dos vegetais requer tempo e espaço, mas se você pensar sobre outra perspectiva, se tem muito a ganhar: para começar, a certeza de que os nossos alimentos estarão isentos de agroquímicos; segundo, colaboramos com a preservação ecológica do solo; terceiro, o trabalho com o solo e as plantas é



uma extraordinária terapia anti-estresse, que nos conecta com nós mesmos e com o meio ambiente.

Vale salientar que os índios Pataxós apresentam uma insustentabilidade alimentar que é a má alimentação causando assim a desnutrição, obesidade, hipertensão arterial, diabetes, entre outros. Desta forma a maioria das famílias apresentam-se em insegurança alimentar e para melhoria desse quadro uma série de fatores socioeconômicos como: renda, escolaridade, ocupação dos pais são elementos fundamentais para formação dos hábitos alimentares das crianças e contribuem para garantir a segurança alimentar.

Diante disso torna-se necessário a intervenção do Estado por meio de ações primárias e contínuas de promoção à saúde, incluindo a vigilância nutricional, com intuito de reais melhorias na qualidade alimentar. Outro fator importante e necessário é a garantia acesso a terra e água de qualidade, manejo adequado das roças, garantia de caça e coleta sustentável dos alimentos, saneamento, água e obtenção dos alimentos dos indígenas Pataxó, também o subsídio de políticas públicas locais e regionais que visem à melhoria e à promoção da saúde e segurança alimentar entre estes povos.

Dessa forma, o segredo para estocar todo o ano os nossos próprios vegetais é planejar a variedade e combinação das plantas que vamos cultivar.

O planejamento nos garante o equilíbrio nutricional básico que o corpo necessita, ou seja, os minerais e as vitaminas que fazem uma boa nutrição.

Os alimentos escolhidos para a roça têm grandes formas de serem preparados para a aldeia, em forma de sopa já que haverá milho e mandioca sendo plantados, em forma de cozido, refogados, os alimentos foram escolhidos pelos seus valores nutritivos.

Serão montadas oficinas para apresentação do preparo com palestras para demonstrar os benefícios dos alimentos como: por exemplo, a beterraba diminui a pressão alta: contém nitratos que ajudam relaxar os vasos sanguíneos; Melhora o rendimento do treino: por relaxar os vasos sanguíneos permite que mais nutrientes cheguem aos músculos; Fortalece o sistema imune: é rica em zinco que ativa um hormônio que aumenta a produção de células de defesa do organismo; Previne e combate anemia: por conter ferro e vitaminas do complexo B evita e trata esse tipo de anemia; Mantém a saúde dos músculos: contém potássio e cálcio, importantes para a manutenção de

fibras musculares saudáveis; Protege o sistema nervoso: por ser rica em vitamina B1 e B2; controla o colesterol e protege o coração: tem alto teor de fibras que reduzem a absorção de colesterol no intestino. Mantém a saúde dos olhos e previne cataratas: contém vitamina A que é importante na manutenção da saúde ocular. Previne problemas no fígado e nos pulmões: devido à presença de vitamina C e betalaína.

O milho é um dos cereais mais consumidos pelos seres humanos desde o surgimento da agricultura. São os antioxidantes carotenoides como a luteína e zeaxantina que dão a cor amarela aos grãos de milho. Estas substâncias servem principalmente para promover a saúde dos olhos. As diferentes variedades de milho também são ricas em fibras que auxiliam no emagrecimento e fortalecem a saúde do nosso trato digestivo inferior.

O milho é uma fonte rica de muitas vitaminas e minerais e por este motivo o consumo das suas diferentes variedades, assim como dos seus derivados, encaixa-se perfeitamente em uma dieta saudável e nutritiva.

Então esses alimentos que serão plantados na roça ajudarão muito toda a população da aldeia do trevo da etnia dos Pataxós pertencente ao município de Itamaraju.

O Projeto Roça Indígena será realizado em um Viveiro na própria aldeia, que até em seu início se encontrava inutilizado. O espaço físico do canteiro se encontra em boas condições de instalação.

A manutenção das plantações após o plantio será realizada pelos participantes que deverão ser divididos em duplas e irão uma vez por semana regar e manter conservada a roça. Porém, nos outros dias haverá rodízio entre os próprios moradores para que reguem nos dias que os participantes do projeto não iram a roça, isso faz com que eles tenham mais interesse, fazendo com que os mesmo trabalhem.

Conforme os alimentos do plantio ficarem prontos, reuniremos todo o grupo para fazer a divisão igualmente sendo que toda vez que os alimentos ficarem prontos haverá essa divisão.

Em todo encontro será disponibilizado um café com lanches que deverá ser feito pela equipe organizadora do projeto e, em alguns momentos, também serão sorteados brindes para fortalecer a motivação dos participantes.

Haverá reuniões periodicamente entre os representantes indígenas e os organizadores do presente projeto para possíveis reajustes a fim de atender as novas demandas e melhor atender a comunidade.

Ao final de cada ano corrido, serão levantados dados econômicos e financeiros das famílias participantes com o intuito de avaliar a resolutividade do projeto descrito.

Também serão avaliados os registros nutricionais de cada indígena da comunidade onde o projeto será aplicado, para acompanhamento da saúde dos mesmos. Mais importante que a qualidade da terra, a luminosidade é essencial para o sucesso da Roça. Via de regra, é preferível optarmos pelo local onde há mais sol, e tenha menos sombreamento da casa, de muros, ou de outras plantas. Para as plantas crescerem rápido e saudável elas precisam de muita luz para fazer a fotossíntese. No entanto, mesmo em locais que pegam sol direto somente por algumas horas por dia já é possível cultivar alguns vegetais. Observe também se o solo do local escolhido tem boa profundidade, pois solos muito rasos limitam o crescimento das plantas, e secam com uma rapidez muito grande.

Para obter-se sucesso no cultivo de uma roça o solo deve ser equilibrado em nutrientes. Por isso, é necessário em primeiro lugar conhecer a fertilidade do terreno através de análise química do solo.

O preparo do terreno é um dos fatores que contribuem para o êxito da roça. O local deve ser limpo, capinado e livre de pedras, tocos e ervas invasoras. Após a limpeza, revolver a terra com enxadão para que fique bem fofa e, por fim, emparelhar o terreno com ancinho. A sementeira é um canteiro especial, devendo ser preparada cuidadosamente, pois receberá as sementes que produzirão as mudas. Para a roça domiciliar, a sementeira pode ser bem pequena (com um metro de largura, dois metros de comprimento e dez centímetros de altura). No seu preparo, aconselha-se usar a mistura de duas partes de terra, uma de esterco e meia de areia. Para roças maiores como plantio de mandioca, deverá ser planejada para poder atender às necessidades de cultivo. Os canteiros devem ser marcados perpendicularmente à maior inclinação do terreno, tomando-se o cuidado de respeitar o relevo dos morros e encostas. Recomenda-se construí-los com 1 metro de largura, 20 centímetros de altura e o comprimento variando de acordo com o tamanho da roça. Entre

os canteiros, deixar um espaço de 50 centímetros para facilitar o trabalho na roça.

## **7 RECURSOS NECESSÁRIOS**

As despesas para a realização do Projeto, roça Indígena são consideradas baixas, visto que não haverá custos para a instalação dos canteiros e conta-se com a parceria da sociedade para as despesas da compra de algumas mudas.

Além disso, as sementes possuem um baixo custo e estuda-se, ainda, a possibilidade de doação das mesmas pelos proprietários e sócios de lojas de produtos agrícolas, assim como algumas ferramentas de manuseio.

Para a aquisição de materiais e demais ferramentas serão utilizados recursos próprio do Município e para o ano seguinte pretende-se custear os materiais do Projeto com Recurso Federal do Fundo da Assistência.

Serão necessários também outros recursos materiais, como é o caso dos adubos, tijolos e mangueiras regadoras. Os AIS poderão buscar apoio de lojistas de material de construção para o fornecimento dos equipamentos já mencionados.

Deverá ser feita também uma parceria com as escolas para uma constante divulgação e exposição do trabalho para que mais pessoas tomem conhecimento do projeto e possam apoiar para a continuidade do mesmo, Assim como da à utilização de carros de som e anúncios em sistemas de comunicações acessíveis contando com uma ajuda de custo da comunidade local. Será criada, ainda, uma página em rede social para tornar o projeto público a qualquer comunidade que queira aderir ao mesmo.

Por último, e não menos importante, buscar-se-á orientações administrativas ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para a correta comercialização dos excedentes onde os indígenas poderão manter uma atividade lucrativa.

A implantação e condução de uma roça indígena exige boa disponibilidade de mão-de-obra, com maior ou menor intensidade nas diferentes épocas do ano, dependendo da diversidade de cultivos. No caso

específico, após a implantação. Outras pessoas interessadas em aprender na prática como implantar e conduzir uma roça serão convidados a participarem do projeto. Os princípios básicos da roça serão todos utilizados na aldeia. Dentre estes se destacam: adubação orgânica (composto orgânico e esterco de animais curtidos), adubação verde, cultivo mínimo, plantio direto, manejo de pragas e doenças com produtos alternativos sem riscos ao meio ambiente, rotação e consorciação de culturas, entre outros.

## **8 RESULTADOS ESPERADOS**

Os resultados esperados na aldeia Trevo do Parque da etnia Pataxó atingirão os objetivos do projeto, favorecendo a aquisição de conhecimentos técnicos de plantio e manejo na manutenção da roça, como uma alternativa complementar de renda para as os indígenas além da promoção de hábitos alimentares saudáveis inclusive aos moradores das cidades vizinhas, que perceberão a importância do cultivo da roça.

Através do desenvolvimento deste projeto espera-se contribuir com a estruturação de uma Roça Comunitária Indígena que possa servir de modelo para outras comunidades trabalharem aspectos ligados à Saúde Alimentar.

Além disso, também há uma expectativa da comunidade indígena de que continuem a trabalhar no projeto da aldeia, o que também nos remete aos compromissos demonstrados pelos líderes indígenas para com a educação das suas crianças em situação de desnutrição, na medida em que demandam da organização ações de cunho interdisciplinares e construção de métodos alternativos de saúde no próprio universo da aldeia.

Tal experiência também nos desafia a trabalhar na construção de estratégias de métodos nutritivos mais efetivos que visem de modo mais efetivo a melhoria da condição nutricional especialmente para crianças em seus primeiros anos de vida, fase em que se constroem a base das relações psicocognitiva fundamentais para o desenvolvimento intelectual destes indígenas.

Além de cooperar com uma alimentação de qualidade, pretende-se formar cidadãos conscientes, responsáveis e atuantes na comunidade em que vivem, e ao mesmo tempo difundindo, incentivando o trabalho voluntário, contribuindo para o fortalecimento das atividades de colaboração na Saúde Indígena através da Roça Comunitária.

Quanto aos resultados socioeconômicos obtidos com a implantação deste projeto, o cultivo da roça trará para as famílias indígenas segurança alimentar e renda, através da comercialização dos excedentes.

A expectativa final do projeto é a descoberta de alternativas inseridas nas atividades desempenhadas pelos indígenas neste contexto social desfavorável, implicando numa jornada rumo à conquista de autonomia dos indivíduos e participação efetiva dos mesmos na sociedade, através da recepção de voluntários e comercialização dos excedentes. De acordo com a comunidade indígena por se tratar de uma aldeia com poucos recursos há necessidade de produzir além do consumo para suprir as necessidades básicas dos mesmos.

Espera-se que, com a implantação deste projeto, os indígenas e a população se tornem mais envolvidos no processo e com isso participem e contribuam com as atividades políticas e econômicas, além de garantirem um aumento na diversificação na produção agrícola da comunidade e de sua própria parcela e melhorarem a variedade produtiva, contribuindo assim para a soberania alimentar das famílias da aldeia e da sociedade em geral, pela venda de produtos de boa qualidade e procedência.

No entanto, há uma preocupação quanto ao desenvolvimento do Projeto da Roça Comunitária em relação aos líderes indígenas em não darem continuidade ao trabalho, ou seja, de não conseguirem atender às necessidades financeiras dos mesmos, por meio da venda dos grãos e raízes que não serão consumidos pela comunidade indígena e seus integrantes.

Tal estado de alerta se deve ao fato de que um dos problemas possíveis seja a falta de uma maior movimentação e interesse desses indígenas para com a roça, o que dificultaria a geração de renda suficiente para sanar suas despesas básicas. Dessa forma, não seria possível ainda tornar a produção da roça uma garantia de sustento devido à falta de recursos para o plantio e manutenção do mesmo.

Os participantes vendem uma parte da colheita, quando ela excede a capacidade de consumo, auxiliando na complementação da renda familiar. Observa-se também a evolução e o desenvolvimento do trabalho em equipe e a interação entre os participantes, bem como a aproximação dos usuários com a equipe.

## **9 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na forma de conclusão, nesta parte final do projeto de intervenção, temos como propósito afirmar ações relevantes e reforçar alguns conceitos, com base no aprendizado que adquirimos no diálogo com a liderança que faz o movimento indígena do território estudado.

Apesar da insustentabilidade alimentar e a carência financeira representarem uma realidade no cotidiano das comunidades e sociedades indígenas, poucas são as ações práticas participativas sustentáveis de prevenção e resolução destes problemas.

Substancialmente, interessa-nos enfatizar caminhos possíveis para pautar o trabalho conjunto entre a comunidade indígena e demais cidadãos do território abrangente.

Os dados deste projeto podem indicar uma grande diversidade de experiências. Afinal, cada indígena tem a sua própria realidade a ser enfrentada e, principalmente, suas estratégias delineadas para superar problemas econômicos.

Espera-se, com este projeto, melhorar a qualidade de vida do povo Pataxó da aldeia Trevo do Parque da comunidade estudada a partir da criação da roça. Da qual poderão possuir uma renda financeira por meio da comercialização dos grãos e raízes excedentes ao consumo diário.

Os Pataxós participantes poderão aprimorar o cultivo assim como a colheita de acordo suas práticas rotineiras e culturais, sem julgamento dos participantes envoltos no presente projeto.

Vale lembrar que os ritos dos Pataxós devem ser respeitados e aceitos pela comunidade para manter uma boa convivência entre todos os cidadãos. Não obstante crenças, religiões, culturas ou julgamentos morais.

Em contrapartida, há alguns aspectos críticos na aplicação do projeto, como é o caso da gestão das organizações indígenas. Alguns líderes não julgam pertinente a elaboração da roça.

Isso ocorre, especialmente, devido às disputas de poder entre os líderes indígenas, pela legitimidade e confiança estabelecidas entre a comunidade e a liderança, provocando uma instabilidade nos processos de discussão e tomada de decisão.

Com a realização deste trabalho, percebeu-se a importância da aplicação de projetos desta natureza tanto para avaliação quanto para formulação de políticas públicas de apoio a auto sustentação e a segurança alimentar, nas terras indígenas.

Em termos gerais, este é o panorama do projeto a ser aplicado vinculado à área econômica e de saúde indígena como justificativa para a solicitação de recursos e apoio do Estado.

O Projeto Roça Indígena é um processo em andamento. É necessário aguardar um prazo para que ele se consolide e para que seus resultados e impactos possam ser analisados.

Certamente, novos projetos e estudos virão tanto para complementar o presente projeto, quanto para trazer soluções práticas para novos problemas apontados pela comunidade que poderão surgir no decorrer dos anos.

Sobre estes desafios e problemáticas deve-se manter uma reflexão permanente sobre qual é o papel que a equipe idealizadora do projeto deve assumir e de como ela deve se organizar para prestar uma assistência que seja eficiente e adaptada a cada realidade encontrada.

Dessa forma, consideramos ser de extrema importância à realização de pesquisas direcionadas na elaboração de novos projetos de intervenção, do ponto de vista indígena sobre os mesmos e nos processos socioeconômicos e políticos indígenas.



## 10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, B. Associações Indígenas e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira. In: RICARDO, C. A. (Org.). Povos indígenas no Brasil, 1996/2000. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000, p.197-203.

BITTENCOURT, C.; LADEIRA, M. E. A história do povo Terena. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Ensino Religioso: diversidade cultural e religiosa. Curitiba: SEED/PR, 2013. 309p.

BUZATTO, C. C. Orçamento da FUNAI é o Menor em 10 Anos. Plataforma pela Reforma do Sistema Político. Disponível em: <<http://www.reformapolitica.org.br/noticias/1844-orcamento-da-funai-e-o-menor-em-10-anos.html>>. Acesso em: 13 de jan. 2017.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. A Constante Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil. 2013. Disponível em: <<http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=7010>>. Acesso em: 10 de jan. 2017.

COSTA, Cristina Rostworowski. O príncipe Maximiliano de Wied – Neuwied e sua viagem ao Brasil (1915-1917). 2008. 137 f. Dissertação (Pós - Graduação em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DALMOLIN, G. F. O papel da escola entre os povos indígenas da Amazônia Ocidental: de instrumento de exclusão a recurso para emancipação sociocultural. 2004. 267f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). Política e Ação Indigenista Brasileira. Brasília: Departamento Geral de Planejamento Comunitário. 1975.

GOMES, F. R. C. et al. Quintais orgânicos de frutas: contribuição para a segurança alimentar em áreas rurais, indígenas e urbanas. Revista Brasileira de Agroecologia. Pelotas, v. 2, n. 1, fev. 2007.

IPAM Amazônia. Alerta sobre clima do IPAM concorre a prêmio Desafio de Impacto Social Google. Disponível em: <<http://ipam.org.br/alerta-sobre-mudancas-climaticas-do-ipam-concorre-a-premio-desafio-de-impacto-social-google-2016/>>. Acesso em: 12 de jan. 2017.

LACERDA, R. Os Povos Indígenas e a Constituinte – 1987/1988. Brasília (DF): CIMI, 2008 (Anexos pp.154-194).

LARAIA, R. B. Cultura: um conceito antropológico. Rev. Campos de Ciências Sociais. Agos. 2007

LIMA, A. C. de S.; HOFFMANN, M. B. Estado e Povos Indígenas: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999, 219p.

MATOS, M. H. O. Execução e Gestão de Projetos Indígenas: criando tradição e/ou reflexão? In: SOUSA, C. N. I. de; Lima, A. C. de S.; Almeida, F. V. R. de; Wentzel, S. Povos Indígenas: projetos e desenvolvimentos. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007. 172p.

OLIVEIRA, J. C. Sem Consenso, PEC da Demarcação de Terras Indígenas Está Pronta para Votação. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/503059-SEM-CONSENSO,-PEC-DA-DEMARCACAO-DE-TERRAS-INDIGENAS-ESTA-PRONTA-PARA-VOTACAO.html>>. Acesso em: 11 de jan. 2017.

OLIVEIRA, J. P.; IGLESIAS, M. P. As demarcações participativas e o fortalecimento das organizações indígenas. In: SOUSA, A. C. L.; BARROSO, M. H. (Orgs.). Estado e povos indígenas: bases para uma nova política indigenista II. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED, 2002, p.41-68.

PEDUZZI, P. Índios Pataxó e Tupinambá Pedem Manutenção de Demarcações Feitas por Dilma. Amazônia, 2016. Disponível em:

<<http://amazonia.org.br/2016/07/indios-pataxo-e-tupinamba-pedem-manutencao-de-demarcacoes-feitas-por-dilma/>>. Acesso em: 12 de jan. 2017.

PORTUGAL, A. R.; HURTADO, L. R. Representações Culturais da América Indígena. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Desafios Contemporâneos Collection, 266p.

PROFESSORES INDÍGENAS, POVO PATAXÓ. Leituras pataxó: raízes e vivências do povo Pataxó nas escolas. Salvador: MEC/FNDE/SEC/SUDEB, 2005.

PROFESSORES PATAXÓ DO EXTREMO SUL DA BAHIA (org.). Uma História de Resistência Pataxó. Salvador: Associação de ações Indigenistas; CESE, 2007.

RICARDO, F. Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. Takano Editora Gráfica. 688p.

SAAVEDRA, L. P.; CÂMARA, S. Desnutrição Infantil em Indígenas Mbyá-Guarani: estudo etnoepidemiológico. Revista Brasileira Med. Farm. e Comun. Florianópolis, v. 5, n. 17, p. 24-32, jan. 2010.

SOUSA, C. N. I. de; LIMA, A. C. de S.; ALMEIDA, F. V. R. de; WENTZEL, S. Povos Indígenas: projetos e desenvolvimentos. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007. 172p.

SURUI, K. W. G.; MARIANO, V. T.; RIOS, M. C. Desnutrição Infantil dos Povos Indígenas da Etnia Surui do Município de Cacoal. Disponível em: <[http://www.unifia.edu.br/revista\\_eletronica/revistas/saude\\_foco/artigos/ano2014/desnutricao\\_infantil.pdf](http://www.unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/saude_foco/artigos/ano2014/desnutricao_infantil.pdf)>. Acesso em: 15 de jan. 2017.

YUYAMA, L. K. O. et al. Percepção e compreensão dos conceitos contidos na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, em comunidades indígenas no estado do Amazonas, Brasil. Revista de Nutrição. Campinas, v. 21, supl. p. 53s-63s, ago. 2008.

<https://www.tuasaude.com/beneficios-da-beterraba/>

<http://www.mundoboaforma.com.br/8-beneficios-do-milho-para-que-serve-e-propriedades/>

<http://www.saudedica.com.br/os-10-beneficios-da-rucula-para-saude/>

<http://www.agraer.ms.gov.br/na-capital-aldeia-agua-bonita-abriga-primeira-horta-indigena-de-folhosas-do-pais/>

<http://www.cultivando.com.br/como-fazer-uma-horta/>

<http://cultivehortaorganica.blogspot.com.br/2010/12/projeto-modelo-de-uma-horta-organica.html>

[http://www.fiepr.org.br/nospodemosparana/uploadAddress/Projeto\\_Horta\\_Com\\_unitaria\\_promovendo\\_saude\\_e\\_bem\\_estar\\_social\[39751\].pdf](http://www.fiepr.org.br/nospodemosparana/uploadAddress/Projeto_Horta_Com_unitaria_promovendo_saude_e_bem_estar_social[39751].pdf)